

Pode-se acreditar na ciência?

PABLO RUBÉN MARICONDA

O Conhecimento Confiável. John Ziman.
Tradução: Tomás Rosa Bueno. Papyrus,
252 págs.

O autor aceita o desafio dessa questão, que interpreta como sendo o de caracterizar as bases racionais para a crença na ciência como agente de transformação social. Sua estratégia de resposta ao desafio consiste em propor uma teoria sobre a natureza da ciência, associada a um modelo sociológico interno de comunidade científica, que rejeite “qualquer sistema de metaciência”, imposto de fora à prática comunitária efetiva dos cientistas. Desse modo, pretende afastar os problemas que decorrem de uma visão normativa da ciência, que prescreve, de fora, como deve ser a ciência, em vez de caracterizá-la a partir de como ela é.

A tese central de Ziman é, na verdade, axiológica, denominada por ele de princípio do consenso, que postula que “a meta da ciência é um consenso de opinião racional sobre o campo mais amplo possível”. Os modos pelos quais os cientistas alcançam a meta (isto é, o consenso) são caracterizados em termos de um modelo sociológico interno de comunidade científica, construído com base nas normas da sociologia do conhecimento de Merton, que supõem que os membros individuais das comunidades científicas sejam agentes racionais, isto é, ajam honestamente segundo padrões aceitos comunitariamente como racionais. Isso significa, como o próprio autor reconhece, que as raízes da credibilidade da ciência constituem antes uma questão de sociologia do que de psicologia individual.

O núcleo da caracterização de ciência proposta por Ziman está composto por duas teses vinculadas: a tese epistemológica da consensualidade e a versão metodológica da tese axiológica da consensualidade.

A tese da consensualidade apóia-se, no plano subjetivo, numa faculdade perceptual comum a todos os homens: a capacidade de reconhecimento de padrões. Entretanto, no plano objetivo, a consensualidade nada mais é que a exigência de que os fenômenos tratados sejam reproduzíveis por qualquer um. Com base nessa articulação, Ziman pode afirmar que “o princípio fundamental da observação científica é que todos os seres humanos são intercambiáveis como observadores” ou, em outras palavras, que “a suposição de que todos os observadores são equivalentes (...) é a pedra fundamental de toda a ciência” (pág. 65).

A tese metodológica da consensualidade expõe o modo pelo qual o consenso é alcançado. Nesse plano metodológico, a consensualidade não passa de uma transcrição, para outra terminologia, da conhecida concep-

ção da objetividade como testabilidade intersubjetiva: é consensual (objetivo) o que pode ser testado por qualquer um. Com isso, Ziman pretende expressar que o consenso é alcançado com uma crítica intensa das teorias, modelos, mapas e imagens. Chega-se ao consenso pela crítica intersubjetiva possibilitada pela consensualidade.

Com base nessas teses e na consideração de que “perguntar se se deve acreditar na ciência é perguntar se existe uma ligação válida entre o conhecimento científico e a ação em outras esferas”, Ziman procura mostrar que a justificação da crença nas chamadas ciências naturais (física, química, biologia, geologia) está assentada no poder preditivo dessas ciências. Confiar na ciência é confiar na “força retórica da previsão, sobre a qual se baseia a própria ciência” e pela qual ela pode informar o domínio da ação, “onde, em última instância, originam-se todas as questões de aplicação, de responsabilidade social e política científica” (pág. 190).

Quando Ziman chega à questão da credibilidade das ciências sociais, o resultado é o esperado para um defensor da reprodutibilidade dos efeitos e do caráter preditivista da ciência: as ciências sociais são categorialmente imprecisas, apresentam uma variação no uso operacional de seus conceitos e possuem uma irrelevância experimental, aspectos que impossibilitam a consensualidade, pois fundamentalmente os fenômenos sociais não são reproduzíveis. Além disso, as ciências sociais possuem uma indemonstrabilidade teórica intrínseca, decorrente das dificuldades de matematização dos fenômenos sociais, e uma tendência ao relativismo cultural que impossibilita uma “ciência geral da sociedade”, ou, o consenso comunitário.

Ao considerar a empatia como fundamento consensual das ações e práticas sociais, e manter a justificação preditivista para a crença na ciência, Ziman é levado a extrair duas consequências concernentes às ciências sociais: (1) todos nós somos cientistas sociais, por isso, o conhecimento propiciado pelas ciências sociais não é mais confiável para a ação do social do que o conhecimento empático de senso comum possuído pelos membros da sociedade; e (2) geralmente é melhor ler um romance que um tratado de psicologia para inteirar-se de determinados assuntos, tais como a psicologia das relações sexuais.

Ao final, fica a impressão de que o livro foi escrito para mostrar que a crença nas ciências naturais é justificada, mas é injustificada no caso das ciências sociais. Essa impressão se reforça por duas limitações de seu tratamento: em primeiro lugar, pode-se perguntar até que ponto a ausência de consensualidade apontada por Ziman nas ciências sociais não afeta a credibilidade do próprio modelo sociológico de ciência por ele proposto. Em segundo, Ziman não responde ao desafio proposto na sua forma mais interessante, que é a de apreciar o impacto da crença na ciência como agente de transformação social. Com efeito, esse desafio só poderia ter

jornal de resenhas, nº 14, 10/05/1996

sido enfrentado se ele tivesse construído um modelo sociológico mais amplo que permitisse tratar da relação entre as instituições científicas e outros tipos de instituições sociais.

* * *